

UMA MATERNIDADE DO CAPITAL: CONDOMÍNIO NOVO LEBLON, RJ

Aureanice de Mello Corrêa *

1 - INTRODUÇÃO

FELIX GUATTARI (1985), psicanalista francês contemporâneo, utiliza para expressar momentos psíquicos do ser humano, expressões oriundas da ciência geográfica, tal como o território. Enquanto um dos seus responsáveis diretos, o humano, pela produção do espaço, observa-se que as questões intrínsecas do movimento de territorialidade, também se refletem em seu ambiente de forma dinâmica, tanto quanto em sua espacialidade quanto no seu psiquismo.

Desta forma, o presente trabalho propõe uma análise do movimento de territorialidade do espaço urbano, enfocando questão da maternidade no espaço geográfico, partindo portanto da premissa de que a mãe é a que lega o código de comportamento ao filho, é o capital que impõe o código ao espaço, que no processo de planejamento define a estrutura de uso, forma e função. O movimento de territorialidade esta intimamente ligado a maternidade, pois esta surge como a reterritorialização, como nova forma "planejada" de organização espacial urbana.

A relevância deste trabalho esta na compreensão do processo de produção do espaço, como a subssunção do desejo do homem enquanto sujeito da construção do Território. A submissão voluntária diante do Capital é analisada através do movimento de territorialidade, a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização no espaço urbano, sendo sua expressão máxima a maternidade que o Capital exerce ao planejar e produzir o espaço vivido enquanto mercadoria de consumo seletivo. Portanto, o que se pretende analisar adotando o método psicanalítico, como instrumento de leitura do território, é o que o espaço percebido, não é o espaço vivido, o que se evidencia no presente trabalho pela análise do discurso livre dos moradores do Condomínio Novo Leblon.

Sua importância esta em aprofundar a compreensão dos fenômenos urbanos, caracterizados pela relação do homem com o seu espaço vivido, através do movimento de territorialidade, onde se estabelecem "formas de viver". O espaço construído, dentro desse contexto, a questão da maternidade do Capital assume um caráter de suma importância, materializando, através dos condomínios fechados, a alienação do homem quanto à produção de seu espaço.

2 - A MATERNIDADE DO CAPITAL - CONCEITOS TEÓRICOS

Neste tópico efetua-se a análise dos conceitos teóricos que abordam a questão homem/natureza, homem/espaço vivido e homem/construção do espaço, em três óticas diferentes e complementares entre si, que podem ser enumeradas da seguinte forma: a abordagem sociológica e econômica, a humanística e a psicanalítica. A discussão levantada em torno dessas três óticas aponta para a questão do desejo interdito discutida por FELIX GUATTARI e GILLES DELEUZE (1976), como territorialidade. Essa territorialidade traz em si o movimento de territorialização como condição original da existência do objeto

* Professora Assistente do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora executiva do Programa de Estudos e Pesquisas das Religiões (PROEPER/UERJ).

analisado, a desterritorialização como descaracterização do objeto e a reterritorialização que implica na nova estrutura ou caracterização do objeto em análise. Esse movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização aparece tanto no humano quanto no território.

Como metrópole origina-se do grego "metropolis" derivado de metr (metra, útero, mãe) mais polis - cidade, encaminha-se a análise do movimento de territorialidade na sua reterritorialização para a questão da maternidade do Capital, conceito este que é desenvolvido neste trabalho a partir da análise da ótica psicanalítica Tradicional (FREUD/LACAN) na estruturação do indivíduo.

Desta forma, a inscrição do humano no socius e no território metropolitano não é uma questão simbólica, e sim a expressão concreta, materializada do domínio, de código de comportamento e de funcionamento, de produção é de consumo, e da submissão ou insubmissão a estes.

A) A Abordagem Sociológica e Econômica

"Qualquer boa estratégia deve aceitar que a forma espacial e o processo social são formas diferentes de pensar a mesma coisa."

(HARVEY, 1980;17)

Situar a análise da cidade na interseção entre sociologia e geografia, segundo HARVEY (1980), é o procedimento cauteloso, visto que, é necessário uma preocupação de não privilegiar, nem uma, nem outra, apesar de não se dispor de conceitos específicos para essa interseção. "O ponto central deveria estar claro a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre a imaginação sociológica e geográfica. Devemos relacionar comportamento social de acordo com a geografia e a forma espacial que a cidade assume". (HARVEY, 1980;7)

Dentro desse contexto, HARVEY (1980) coloca que na análise espacial devemos levar em conta três categorias: o espaço orgânico, o perceptivo e o simbólico.

O espaço orgânico, de acordo com CASSIRER (1944) citado por HARVEY (1980;17), consiste na experiência espacial que aparenta ser geneticamente transmitida, e por isso, biologicamente determinada. O espaço perceptivo envolve a síntese neurológica de todas as espécies de experiência sensível-ótica, tátil, acústica e cinestésica. Esta síntese implica numa experiência espacial na qual a ocorrência de várias sensibilidade específicas estão reconciliadas, isto é, é a memória que leva a retenção do aprendizado de forma duradoura, e quando memória e aprendizado estão envolvidos, pode-se ter adição e subtração de eventos através do condicionamento cultural.

Em suma, o espaço perceptivo é o encontro do homem com suas sensações e concomitantemente com o meio em que vive, e essas sensações, impressões, serão legadas aos seus descendentes, ou pares, através da memória, que é a própria cultura. O espaço simbólico é representado por símbolos, que na verdade não tem dimensão espacial. Como exemplo pode-se imaginar um quadrado (ou qualquer outra figura geométrica) assim que se lê a palavra quadrado. Dessa forma HARVEY (1980) trabalha as formas de territorialidade, e no caso primitivo, como uma hipótese que poderia explicar uma "imagem comum" que é abordada na análise do espaço perceptivo. Para o autor "os indivíduos possuem alguma medida de 'imagem comum', derivada de algumas normas grupais (e provavelmente, certas normas de agir a respeito daquela imagem) e uma medida única" (HARVEY, 1980;24).

Portanto, dentro da perspectiva trabalhada por HARVEY (1980) em que a análise da questão da formação do espaço e do conceito de território é dado um caráter sociológico, ou seja, em que se toma como base a sociedade e sua organização espacial, desde o seu momento primitivo até o atual, adotando a conduta de que as sensações, percepções são ligadas pela memória genética e/ou cultural. São posições avançadas dentro da geografia, mas que devem ser aprofundadas, o que é feito pelos geógrafos humanísticos, quando abordam a questão da percepção do espaço.

B) A Geografia Humanística

A tentativa de compreensão da relação entre comportamento social e a sua expressão espacial, tem sido abordada pelos ecólogos, geógrafos humanísticos, como TUAN (1980), BUTTIMER (1982) e outros, que ao longo da sua produção acadêmica, enfatizam a relação homem/meio ambiente. A abordagem adotada pelos humanísticos é efetuada através da fenomenologia. É portanto, uma abordagem filosófica.

Segundo BUTTIMER (1982;193) o objetivo a ser alcançado é apregoar uma perspectiva mais humanística na geografia, transcender as barreiras artificiais que nossa herança intelectual e o moral, entre a verdade e a bondade, em nossos mundos vividos. Dessa forma, o social e o geográfico se fundem, na perspectiva da criação de um mundo melhor, onde o homem resgate o prazer de viver no seu meio-ambiente, ou melhor, o que se busca é o prazer do espaço vivido. "O espaço torna-se um horizonte na própria existência. É um horizonte a ser conquistado defendido, explorado, utilizado e dominado de modo a ser feito concordante com os propósitos humanos. Ele responde à iniciativa, à disposição e à memória humana". (BUTTIMER, 1982; 179).

De acordo com TUAN (1980;15), os seres humanos possuem uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico. É através desses mundos mentais, que os seres humanos, se relacionam entre si e com a realidade externa, enfatizando que "todas essas realizações podem ser vistas como casulos que os seres humanos teceram para se sentirem confortáveis na natureza".

LOWENTHAL (1982;121) em seu estudo afirma que o ser humano vê o mundo da maneira que o vê porque o ser humano esta satisfeito com o que vê. Para o homem encontrar um modo de sobreviver, em geral necessita perceber o que ha. Citando SHOUT (in LOWENTHAL, 1982) coloca que o fato de que as espécies humanas hajam sobrevivido até aqui sugere que deve haver correspondência considerável entre o meio-ambiente como a pessoa concebe que seja e o que realmente é: Para LOWENTHAL (1982; 121) "Se as imagens em nossas cabeças não forem suficientemente consistentes com o mundo exterior, seríamos incapazes de sobreviver em qualquer meio ambiente, a não ser no hospital para doentes mentais. E se os nossos meios-ambientes particulares não pudessem ser reconhecidamente similares um ao outro, nunca poderíamos ter construído uma visão comum do mundo".

Mas, segundo o autor acima citado, a percepção essencial do mundo, em resumo, abrange toda maneira de olhá-lo: consciente e inconsciente, nublado e distintivamente, objetivo e subjetivo, inadvertido e deliberado, literal e esquemático. Para ele a própria percepção nunca é pura, é a fusão do pensar, sensoriar, sentir e acreditar pois são processos independentes, e completa afirmando que uma visão puramente perceptiva do mundo seria defeituosa e falsa tanto como baseada somente na lógica, como na compreensão e na ideologia (LOWENTHAL, 1982;123).

Portanto, a fenomenologia como abordagem filosófica adotada pelos geógrafos humanísticos, pode ser conceituada como a que estuda os fenômenos, ou "aquilo que aparece à consciência

aquilo que é dado, conhecendo a própria coisa que se percebe, que se pensa, que se fala." (CAPALBO C.; 1973).

Esse tipo de ótica é pautada na psicologia que é conceituada como ciência que, partindo da observação de fatos psíquicos, determina as suas causas e as suas leis em relação aos fenômenos.

Considerando as posições colocadas até aqui pelos geógrafos humanísticos e analisando as bases adotadas para tal posicionamento, observou-se que tal postura colabora para que a situação homem/espaco seja velada numa situação de "mundo ideal", onde se percebe "o que se quer ou precisa perceber", dessa forma, não revelando a verdadeira questão que esta materializada, no espaço e na sociedade, como uma produção de força, de poder, que não são ocultas, estão aí, em todos os lugares, para serem vistas, sentidas e simbolizadas. Além disso, retomando CAPALBO (1973) em sua conceituação sobre fenomenologia, pode se observar que ela coloca a questão como uma situação ou coisa dada ("aquilo que é dado ..."), mas faz-se nesse momento a seguinte pergunta: Dado por quem? Para que? Por que? São respostas a essas perguntas que tenta-se responder no decorrer da análise da produção/percepção/vivência do espaço, introduzindo concomitantemente a questão da territorialidade no ítem a seguir.

C) A Abordagem Psicanalítica (A Questão Freudiana/Lacanianiana)

"O humano implica cultura, então humano implica pulsão. Isto não quer dizer outra coisa que o instinto afetado pela linguagem."

(PALACIOS, S.; 1987)

O homem simboliza o instinto ao ponto de torná-lo "latente", a linguagem perverte o sujeito do seu próprio desejo, seu instinto. O gozo está na fala.

A psicanálise, apesar de ter sido considerada como uma "psicologia" mais profunda, quando surge, na verdade, é o oposto, e é conceituada como um método especial de tratamento, uma exploração do inconsciente/consciente por meio da análise do discurso. A psicanálise não pretende adaptar, ou encontrar um padrão de comportamento. Ela pretende uma consciência desse comportamento tal que ele é, ou existe.

A grande descoberta da psicanálise foi, "a produção desejante as produções do inconscientes" (GUATTARI/DELEUZE, 1976; 41). Como produções do inconsciente os psicanalistas consideram os sonhos, os chistes, atos falhos e os sintomas; e que se revelam através do discurso do homem. Ou seja, não vela essa produção, ao contrário analisa e tenta descobrir o que está interdito ao homem, ou o que separa o homem da natureza. Visto que, homem/natureza não são distintos, a essência humana da natureza e a essência natural do homem se identificam na natureza como produção.

Para os autores um símbolo é uma máquina social que funciona como máquina desejante, um investimento da máquina social pelo desejo. Portanto, a questão da percepção simbólica do espaço ou o mundo vivido, ou o meio-ambiente - expressão adotada freqüentemente pelos autores humanísticos citados neste estudo - é desviado para uma trajetória pouco percorrida por eles. Essa trajetória consiste na análise da estruturação do homem no seu psíquico e através da compreensão dessa estruturação descrever como é inscrito na sociedade e a sua capacidade de compreender/viver o mundo, ou universo que habita.

Segundo FREUD (1954) o ser humano é prematuro, isto é, tudo é dado a ele, imagens, percepção e orgânico, de forma extrínseca através da linguagem, ou pelo Grande Outro. É necessário que seja transmitido ao ser humano a sobrevivência, ele não tem condições de viver por si só (como os outros animais). O ser humano precisa do outro. Dessa forma, todos nos somos o desejo do outro.

De acordo com a teoria Freudiana, num primeiro momento quem exerce a função do outro é a mãe, que lhe transmite os códigos, os símbolos. Num segundo momento é a figura do pai que exerce esta função, como o outro da mãe. O pai, ao qual o sujeito estabelece uma aliança com o desejo de transmissão de novos códigos e também com a busca de uma nova interdição, passa a exercer a função do Grande Outro, porque só através do "não" ao desejo é que se efetua a insubmissão, colocada aqui como ação que permitirá ao sujeito alçar vôo em desejo gerando portanto uma nova submissão, por ser o homem o desejo do outro.

Segundo HÉLIO PELLEGRINO (1983; 9), é o amor materno que funda a possibilidade para a criança, de vencer a angústia da separação, tornando-se uma ser outro com respeito à mãe, o amor de mãe, já modelado pela cultura, prepara o advento do terceiro, do pai, cuja entrada em cena, através da estrutura triádica, ajuda a criança a construir sua própria liberdade e autonomia. "A lei existe, não para humilhar e degradar o desejo, mas para estruturá-lo, integrando-o no circuito de intercâmbio social" (PELLEGRINO, 1983;10).

Em "El Malestar en la Cultura", FREUD (1954) expressa que o processo civilizatório implica necessariamente uma renúncia pulsional, (tanto erótica, quando agressiva). Portanto, civilizar é reprimir ou suprimir. PELLEGRINO (1983; 10) observa que a Lei da Cultura, a Lei do Pai pode ser entendida como: "O pacto com a Lei do Pai prepara - e torna possível - o pacto social. Este exige renúncias, e uma função simbolizadora, que só serão viáveis na medida em que uma interdição originária - a proibição do incesto-lhes prepara o aposento."

D) A Territorialidade do Desejo

GUATTARI e DELEUZE (1976) trabalham o desejo recalcado como primeira forma de territorialidade e a partir de sua codificação, o direcionamento dos fluxos sociais. Esse direcionamento efetua-se através das dívidas e alianças sociais e em relação às territorialidades modernas, colocando que as pulsões são apenas as próprias máquinas desejantes e que a prática libidinal põe em jogo um certo tipo de forças inconscientes, um certo regime do desejo. Por essa razão, utilizou-se num mesmo momento instinto e desejo.

"Como fazer-lhes uma nova memória, uma memória coletiva que seja a das palavras e das alianças, que decline as alianças com as filiações estendidas, que o dota de faculdades de ressonância e de retenção, de extração e de separação, e que se opera assim a codificação dos fluxos de desejo, como condição de socius? A resposta é simples, é a dívida são os blocos de dívida abertos, móveis e finitos, esse extraordinário composto de voz falante, do corpo marcado e do olho que goza. Toda a estupidez e o arbitrário das leis, toda a dor da iniciação, todo o aparelho perverso da repressão e da educação, os ferros rubros e os procedimentos atrozés só tem um sentido, domar o homem, marcá-lo na carne, torná-lo capaz de aliança, formá-lo na relação credor-devedor que dos dois lados resulta ser um assunto de memória (uma memória tendida para o futuro)". (GUATTARI/DELEUZE, 1976; 241).

Dentro desse contexto, a análise da sociedade atual e seus desejos interditos, GUATTARI (1985; 109) expõe a relação entre Capital/Espaço e Capital/Território. O Capitalismo tem uma subjetividade própria de perceber (e construir) o espaço, ou seja, uma subjetividade que determina constrangimento a nível espacial. Esse constrangimento pode ser entendido como um território.

Para o autor, a definição de território e espaço são distintas, mas não opostas. O território estaria ligado a uma "ordem de subjetivação" individual e coletiva e os espaços estariam ligados mais às relações funcionais de qualquer espécie. Portanto, o espaço manifesta como uma referencia extrínseca ou distante em relação aos objetos que contém, e o território por sua vez, tem uma relação íntima, intrínseca com a subjetividade que o delimita.

O espaço funcional e portanto territorializado, através da disciplina dada a sociedade, no intuito de perverter os instintos, sublimando o desejo do homem em relação à natureza, ou seja, velando a igualdade da essência humana da natureza e a essência natural do homem na produção do espaço via Capital, segundo FOUCAULT (1988) marca lugares e indica valores. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias. São espaços mistos: áreas pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, de homens, "mas idéias, pois projetam-se sobre a organização, caracterizações, estimativas, hierarquias".

Portanto, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação um aos outros e em função dessa regra de conjunto - que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a "natureza" dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida "valorizadora", a coação de uma conformidade e realizar. Enfim, traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal "... A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra ela normaliza". FOUCAULT (1988)

D.1) O Movimento da Territorialidade

SUELI ROLNIK (1988) coloca que território é sinônimo de modo de existência recortado no tempo e no espaço. Para ela os territórios são finitos e ilimitados, e portanto, em constante formação e destruição, isto é, desterritorialização a reterritorialização. Dessa forma, o modo de Produção Desejante é a própria relação de finito e ilimitado, que é na verdade a consciência do homem de que é histórico e mortal.

Portanto, quando GUATTARI e DELEUZE (1976) se lançam na análise da territorialidade desde o socius primitivo até os dias atuais, fundem as três categorias de análise espacial citadas por HARVEY (1980) através do recalçamento dos desejos, representado na análise, pelo Complexo de Édipo. Desta forma aponta-se para a formulação de uma filosofia espaço-social, que HARVEY (1980) resente não possuir.

O que para HARVEY (1980) é trabalhado como hipótese, GUATTARI e DELEUZE (1976) trabalham com uma certeza, quando elaboram o conceito de "maquina desejante". Para os autores "maquina desejante é a microfísica do inconsciente, os elementos do microinconsciente. Mas, enquanto tais, elas não existem nunca independentemente dos conjuntos molares históricos, das formações sociais macroscópicas que constituem estatisticamente. É nesse sentido que só há o desejo e o social" (GUATTARI/DELEUZE, 1976; 232).

Mesmo TUAN (1982; 59) intui essa dimensão psíquica da análise espacial/fenomenológica quando aborda o ascetismo, coloca que, "este anseio conduz a um comportamento que não pode ser explicado somente pelos valores culturais da época". Dessa forma, o movimento de territorialização/desterritorialização/reterritorialização não é inteligível, é invisível, não é dito, é inconsciente, é vivido por cada sujeito, mas se concretiza de fato como território através de um processo social, isto é, a formação dos territórios passa, é um processo social. O que varia nas diferentes sociedades (e/ou sujeitos) é a potência do desejo.

3 - SEGREGAÇÃO E TERRITORIALIDADE NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

Neste tópico analisamos o processo do movimento de territorialidade na cidade do Rio de Janeiro, enfocando como territorialidade original, o bairro, e como desterritorialização, descaracterização do meio urbano carioca através das mudanças de ocupação, uso, função e forma do mesmo que aponta para a reterritorialização, os condomínios fechados, como solução a está descaracterização urbana da cidade do Rio de Janeiro.

A partir do século XIX teve início na cidade do Rio de Janeiro o processo seletivo e contínuo de produção de espaços residenciais. Em 1870 com a introdução do bonde puxado à burro e do trem classes sociais, até então alocadas lado a lado, toma impulso.

Segundo ABREU (1987; 37), os usos e classes "nobres" tomam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da zona sul), enquanto que para o subúrbio passam a se deslocar os usos "sujos" e as classes menos privilegiadas. Nesse momento é decisiva a atuação do Estado (Reforma Passos) na estruturação do espaço urbano do Rio de Janeiro. Estruturação voltada para os interesses da classe dominante. " ... os interesses e privilégios dos grupos mais poderosos, traduzidos pela adoção de políticas, controle e mecanismo reguladores altamente elitistas." (ABREU, 1982).

Segundo ALMEIDA LEITÃO (1990), " ... a Reforma Passos é portanto, a primeira de uma série de intervenções que serão promovidas pelo Estado, com o objetivo expresso de viabilizar a anexação de novas áreas , assim como a transformação de outras, cuja estrutura urbana tornara-se incompatível com as exigências e necessidades do Capital." (1990; 2 e 3).

No final dos anos 60 ocorre portanto, de forma nítida a aliança entre o Estado capitalista e os grandes grupos financeiros, imobiliários e industriais. " ... a ocupação da Barra da Tijuca, regulada por um plano urbanístico elaborado, especificamente, para a anexação desta fronteira de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro." (LEITÃO, 1990; 3)

Em meados dos anos 60 com o objetivo de afastar a classe menos favorecida do restante da sociedade, engendrou-se uma política de erradicação das favelas da zona sul, reflexo de uma ocupação desenfreada dos bairros da orla marítima.

Esse processo resultou num movimento contínuo de Territorialidades (Territorialização, Desterritorialização, e Reterritorialização) do espaço urbano e seus produtores / consumidores.

A) A Territorialização Original: O Bairro

O bairro entendido neste trabalho como a primeira territorialização urbana, apresenta-se segundo SEGADAS SOARES " ... com traçados regulares, ruas calçadas, dotados de rede de esgoto, telefone, iluminação domiciliar e pública, serviços de recolhimento de lixo, etc (...), o que lhes dá um aspecto de ordem e limpeza."

Tal descrição como aponta O'NEILL (1983) em sua crítica, está obsoleto, pois, está longe a idéia de que o bairro possa ser descrito com aspecto de ordem e limpeza e que os equipamentos urbanos funcionem de forma ideal.

SEGADAS SOARES (IN O'NEILL, 1983; 4) conceitua o bairro como uma noção geográfica calçada num sentimento coletivo dos habitantes que tem consciência de morarem em tal e qual bairro. Esse tipo de observação também é compartilhado por SANTOS (1981), quando aponta para uma identificação das pessoas com o bairro que habitam, partindo de uma referencia espacial, em relação a outros lugares ou bairros da cidade, e existencial permitindo um modo de vida peculiar, pertinente ao local.

Para SANTOS (1981; 79) o bairro é um espaço heterogêneo e democrático, ou seja, existe no bairro uma diversidade no que tange aos tipos de residência (casas, apartamentos, vagas em casa de família, pensão), a variedade de habitação (quanto ao tamanho, tipo de ambiente, ao estilo) e permite opções de acordo com sua localização em termos de trabalho e consumo.

Para JACOBS (IN SANTOS 1981; 78) a questão é evitar que o urbano se transforme em ambiente inóspito. Nesse sentido, a diversidade urbana, além de ser uma propriedade das cidades, deve ser reconhecida como princípio que as torna cidades.

Dessa forma, aponta as benesses do bairro, e da "alma" do bairro, que estão na diversidade das ruas e casas, através do exercício diário de viver em sociedade, com os encontros e confrontos.

Portanto a heterogeneidade do bairro, provoca uma abertura a todos os fluxos de toda a espécie, onde o morador precisa exercitar constantemente sua capacidade de relacionar-se com o outro, o estranho. Segundo SANTOS (1981; 90) este estranho está latente no outro, e a proximidade social implica na convivência com este outro. Para o autor citado, o sentido figurado do verbo estranhar, na sua forma reflexiva, é bem conhecido como denotativo de conflito ou ameaça de conflito. Estranhar-se é desentender-se. Dessa forma, o exercício de viver democraticamente passa pela condição de aceitar o estranho como tal, nas diferenças sociais, no uso e função diversificada dos equipamentos (praças, habitação, residências) e acarreta num investimento por parte do morador em organizar-se perante esta diversidade.

Em síntese a primeira territorialização urbana, o bairro, é caracterizado espacialmente como a heterogeneidade, são as praças públicas, a variedade de habitação, o comércio, a diversidade de tipos de residências, e as diversas opções de acordo com a sua localização em termos de trabalho e consumo, além do fato dos bairros serem relativamente abertos a um amplo espectro social.

A.1) A Desterritorialização: A Crise Metropolitana

Na cidade do Rio de Janeiro, os bairros tiveram seu processo de desterritorialização, graças a uma intensa especulação imobiliária, pautada nas mudanças da legislação urbanística (verticalização), tendo como efeito final o adensamento populacional e descaracterização.

De acordo com O'NEILL (1983) " ... Atualmente, para uma grande parcela da população, os bairros tem seus limites indefinidos, sem barreiras físicas, suas ruas não são mais sequer do domínio público, são do domínio dos carros, das obras intermináveis, dos marginais ..."

Dessa forma, o exercício de viver em sociedade tem se tornado cada vez mais de confrontos, que em geral são extremamente violentos, expressão concreta do grau de conflito social presente nas cidades brasileiras do final do século.

A falta de organização, ou da "ordem e limpeza" do bairro tal qual era reconhecido em sua etapa inicial, de investimentos por parte do morador em conviver com a diversidade, como também a sua importância para lidar com os problemas do cotidiano impulsiona o residente de camada social mais abastada a procurar ou necessitar, e desejar uma nova territorialização.

A dimensão da crise urbana leva cada vez mais as camadas dominantes a buscarem sua ascensão num mundo ideal, onde exista a segurança, a beleza, o lazer, a identidade como o espaço em que vivem.

Como solução ao problema que se agrava a partir da década de 60/70, observa-se a expansão da classe mais abastada da sociedade em direção à São Conrado e Barra da Tijuca.

"Uma expansão viabilizada, de forma decisiva, pela ação do poder público, através de investimentos maciços na construção de um complexo viário (estrada, viadutos, túneis, elevados); da implantação de uma infra-estrutura urbana necessária para a ocupação a curto

prazo da "novíssima zona sul"; e principalmente, da regulamentação mediante um palco urbanístico, desse processo de ocupação."

(ALMEIDA LEITÃO, 1990; 8).

Surge, portanto, o novo território (reterritorialização) essa nova frente de urbanização, que segundo ALMEIDA LEITÃO (1990) se caracteriza como extensão das áreas residenciais litorâneas situadas ao longo do eixo Copacabana-Leblon, que foi regulado a partir de 1969, por um plano urbanístico, o plano da Baixada de Jacarépagua e Barra da Tijuca, elaborado pelo urbanista Lúcio Costa, durante a gestão do Governador Francisco Negrão de Lima (1968/1971).

A.2) Estado, Capital e a Nova Territorialização da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarépagua

O discurso contido no plano urbanístico, efetivado no planejamento da Baixada de Jacarépagua e Barra da Tijuca, passa pela questão da qualidade de vida, eficiência e a ordem, que deve ser alcançada através de uma estruturação urbana pré-determinada e controlada de forma central através de: zoneamento rigoroso; e definição das relações entre determinadas frações do território e práticas sociais, com o objetivo de eliminar as deseconomias e os conflitos característicos das cidades definidas como tradicionais.

Para LÚCIO COSTA tudo o que for feito na Barra da Tijuca deverá ter como objetivo fundamental servir ao homem, ou seja, "... evitar que se repitam os problemas decorrentes de um processo de crescimento desordenado, através da implantação de "projetos especiais" que impedirão os excessos cometidos nos bairros da zona sul carioca."

Os bairros da zona sul da cidade do Rio de Janeiro tornam-se portanto, o padrão que deve ser evitado enquanto forma urbana, a melhor representação dos males decorrentes do "crescimento não planejado" de uma cidade.

BELLINDO e TAMARIT (1979; 155) definem o cidadão urbano como aquele "que persegue a satisfação de uma necessidade (alojamento, transporte, educação, localização industrial ou comercial, lazer, etc ...), o valor de uso dos bens fabricados."

O Capital percebe essas necessidades e as coopta transformando-as em desejos de determinados tipos de consumo do espaço urbano.

Para os autores acima citados, tanto a necessidades dos usuários quanto a capacidade de atendê-las são extremamente diferenciadas no modelo de urbanização capitalista, que estabelece uma clara desigualdade social na hora de criar e satisfazer necessidades.

FORQUET e MURAD (1978) colocam que a produção dos equipamentos coletivos, são a produção de equipamentos de poder, sancionado pelo Capital, dando à cidade um caráter de opressão, no momento em que promove a divisão da mesma. Divisão esta que é materializada especialmente, como exemplo ao determinar limites de atuação aos indivíduos que a compõem, promovendo desta forma, os territórios que transcendem a delimitação espacial influenciando na existência do ser humano, direcionando as suas necessidades e co-optando os desejos/sonhos, de usuário da cidade.

Dessa forma, nega-se a postura culturalista, pois a vida humana não é um fenômeno que se possa direcionar ou enquadrar ou idealizar pela produção, oriunda do desejo/necessidade que pode-se explicitar pela "falta". Esta "falta" caracteriza-se pela privação dessa necessidades, evoluindo para uma frustração da demanda, tendo como resultante a castração do desejo. Sendo assim, entende-se o processo de cooptação do desejo do indivíduo por parte do Capital. A técnica da propaganda e outras práticas, permitem ao Capital promover a mudança do uso social de um determinado espaço.

Segundo ALMADA (1982) "... a ideologia do lazer e do culto ao corpo permite que terrenos próximos à praia assumam um valor econômico maior em detrimento a outros lugares e

concomitantemente engendram-se outras ideologias, como a do verde (ecológica); viver em comunidade, da segurança; etc...".

Portanto, "... ao se atribuir àquele espaço símbolos valorizados por segmentos da classe social mais abastada, como: "o verde"; "o bucólico"; a "a tranquilidade"; "a privacidade"; etc (...), área recebe uma espécie de "toque de Midas", alcançando uma expressiva valorização."

"Na Baixada de Jacarépagua e, principalmente na Barra da Tijuca, as características ambientais do sítio, o próprio plano piloto, somados às técnicas de propaganda e marketing, fizeram com que a região fosse caracterizada como o "refúgio para uma nova forma de viver" (LEITÃO, 1990; 125).

B) O Condomínio Fechado: Reterritorialização e a Maternidade do Capital

A reterritorialização e a maternidade começam a surgir com os espaços planejados, como aponta O'NEILL (1983) em seu trabalho, quando aborda a questão dos loteamentos exclusivos, no caso, o Eldorado em Jacarépagua (Rio de Janeiro), e CARLOS NELSON SANTOS (1981) ao apontar para os condomínios planejados, pautando sua análise no Condomínio Selva de Pedra (Rio de Janeiro). Os dois autores citados e seus respectivos trabalhos abordam a questão da seletividade e do domínio espacial por parte do morador. Os condomínios analisados no entanto, não são fechados, são espaços planejados, estruturados quanto a função do uso, forma de moradia e área de lazer, mas esse tipo de territorialização ainda não atinge o grau máximo de seletividade e controle, pois não são fechados ao seu entorno.

Para O'NEILL (1983; 9) os condomínios fechados oferecem a superação de todos esses chamados "problemas das sociedades modernas atuais", reservado para os grupos de maior poder aquisitivo um novo espaço exclusivo denominado por eles.

Em contrapartida, para SANTOS (1980; 125) "o espaço livre torna-se-ia, enfim um espaço cercado, fechado em si mesmo, única forma considerada viável para o controle do comportamento de cada um".

Dessa forma, dentro da ótica adotada neste trabalho, o condomínio fechado é um território, aqui definido como o "locus" da constante luta entre a submissão e insubmissão, que também pode ser traduzida numa desterritorialização e reterritorialização, o território é o espaço apropriado, delimitado, codificado, é uma relação de poder. A produção/consumo de um território pela sociedade é enquadrada ou moldada através da cooptação dos desejos (segurança, lazer, bem-estar, limpeza, ordem) coletivos ou individuais.

Portanto, esta nova forma de territorialização, retalhando a cidade em condomínios fechados, isolados do seu entorno imediato, desenhando uma nova forma urbana, constitui objeto de estudo da geografia, pois, a sua evolução tende para uma nova organização espacial e social específica, expressando o grau de conflito nas cidades modernas.

Dentro desta perspectiva, a análise da organização espacial, condomínio fechado, como território onde, longe de ser dono do espaço, o morador é na verdade induzido ao consumo deste de acordo com o desejo (necessidade?) do sistema capitalístico leva a uma (auto) segregação que permite um distanciamento da realidade cidadina, e a uma infantilização do morador quanto a prática diária das relações sociais, tanto com os seus pares, quanto com os que lhe são antagônicos.

"Lá dentro, só quem é verdadeiramente cidadão respeitável para as lógicas do Capital, isto é, quem possa pagar para ser "exclusivo" e ter um espaço à altura. As empresas que promovem os condomínios não precisam mais manter a fachada do governo: são em princípio, segregadoras mesmo".

(SANTOS, 1984)

O condomínio fechado é a expressão máxima da maternidade do capital por refletir a infantilização das relações sociais praticadas pelo morador.

Para SANTOS (1980) os condomínios privados são "imitação da cidade", onde, "o que é fundamental no urbano - a mistura, o confronto, as desordens criativas - esta sempre exorcizado em nome de princípios éticos (moral exclusiva e segurança) e estéticos (harmonia entre forma de vida e espaço)".

Dessa forma, a maternidade do Capital, conceito adotado neste trabalho, materializa-se no condomínio Novo Leblon, por este apresentar as características até aqui abordadas, em seu exclusivismo, em sua seletividade, em sua infra-estrutura, e em sua "imitação de cidade".

"O condomínio nega a cidade e não quer ambigüidades, o que o contém já é considerado suficiente".

(SANTOS, 1980)

4- A MATERNIDADE DO CAPITAL:O CONDOMÍNIO NOVO LEBLON

Ao analisarmos os dados coletados através de pesquisa de campo em que se objetivou materializar espacialmente a função de mãe exercida pelo Capital no novo território, encontramos primeiramente, o discurso do planejador, como também do incorporador na elaboração das leis, e posteriormente dos moradores entrevistados como exemplificação dos pressupostos teóricos até aqui abordados.

A) A Função de Mãe

"Da prancheta à realidade o que é bom para a Califórnia é bom para a Barra". (Revista Novo Leblon X, 1988)

Com o crescimento da classe média brasileira, na década de 70, e sua dificuldade em lidar com a questão de desterritorialização claramente vivenciada nos bairros da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, começam a surgir diferentes planos e metas de ocupação do solo, gerando um novo modelo de vida integrada.

Os arquitetos Edison Musa e Edmundo Musa, da Musa Arquitetura e Construções, em conjunto com outros grupos do setor imobiliário, captaram essa necessidade/desejo, transformando-a em mercadoria valorizada.

"Visitando a Califórnia, em 1971, tomamos conhecimento de grupos da sociedade que haviam despertado para o novo modo de vida e suas soluções. No Rio de Janeiro, se oferecia uma oportunidade ideal para este novo modelo, que era a Barra da Tijuca. Com a abertura do Elevado das Bandeiras, em 1968 e com o Plano Lúcio Costa, em 1969, o sonho pode se concretizar. O Plano deu chance a vários arquitetos trabalharem projetos arrojados, reunindo coisas fundamentais: desenvolvimento com liberdade e preservação da paisagem." (Revista Novo Leblon X - Edison e Edmundo Musa - 1988).

Segundo os idealizadores do Novo Leblon, as pessoas ainda resistiram um pouco à idéia do novo modo de vida, por acharem que "a Barra era muito longe, agreste, um areal sem fim". (Revista Novo Leblon X, 1988; 38).

Nesse momento, os MUSA começaram a questionar se o que tinham visto nos Estados Unidos seria realmente bom ou viável para os brasileiros (especificadamente o carioca).

"Nos começamos a questionar se o que tínhamos conhecido no exterior seria viável no Brasil ... " (Revista Novo Leblon X, 1988; 38).

Mas, assim mesmo fizeram o projeto do Nova Ipanema em 1973, que foi lançado em 1975. Concomitantemente desenvolveram o projeto do Novo Leblon, na esperança de que o Nova Ipanema tivesse boa receptividade.

Segundo os arquitetos os dois projetos surgiram após longa discussões entre eles e os incorporadores: GOMES DE ALMEIDA FERNANDES, ESTA e PLACON.

"A função do escritório de arquitetura, pensando em urbanismo, é dar forma ao bairro, com a disposição dos prédios, número de ruas, áreas de alta e baixa densidades, comércio, escola. O Plano Lúcio Costa tem o grande mérito de dar liberdade de trabalho determinando o que deve haver dentro de um núcleo. Mas a forma de dispor estes elementos é nossa decisão. Então, a nossa filosofia de trabalho é dispô-los de uma forma a responder positivamente aos constrangimentos do local".

(Revista Novo Leblon X, 1988; 38).

Segundo LEITÃO (1990; 129) esses núcleos habitacionais, previstos no plano urbanístico elaborado por Lúcio Costa, foram planejados para grandes promotores imobiliários, seguindo uma estratégia que procurava viabilizar a ocupação dessa nova fronteira de expansão urbana do Rio de Janeiro.

Desta forma, os arquitetos Edison Musa e Edmundo Musa, perceberam que a Barra da Tijuca "tinha um novo estado de espírito", e que há dez anos atrás já existiam pessoas preocupadas com a questão ecológica e com a qualidade de vida.

Como forma de marketing, os arquitetos expressam a sua expectativa em relação ao que idealizaram na prancheta, em duas fases: Para o Nova Ipanema, "A NOVA ANTIGA MANEIRA DE VIVER", e para o Novo Leblon, "VIVA ONDE VOCÊ GOSTARIA DE PASSAR A FÉRIAS".

Diante da constatação de que Ipanema e Leblon já apresentavam problemas de segurança, estacionamento, poluição sonora, etc ... apostaram na idéia "de que você andaria um pouco mais e chegaria num lugar onde a rua seria livre, seu filho poderia brincar e no fim de semana todos poderiam praticar seu esporte ... " (Revista Novo Leblon X, 1988; 38).

Segundo os autores do projeto apesar de toda a captação do anseio/necessidade da população dessas áreas desterritorializadas, existia ainda o receio da não aceitação do produto, ou seja, de que a "idéia" não fosse bem aceita.

"O grande mérito que impulsionou o lançamento de Nova Ipanema e do Novo Leblon foi um certo temor do desconhecido, era uma inovação, nos não sabíamos como as pessoas iam reagir."

(Revista Novo Leblon X, 1988; 38).

No projeto Novo Leblon foram inseridas algumas modificações diferenciando-o do Nova Ipanema. No projeto do Nova Ipanema os apartamentos são mais amplos, enquanto que o Novo Leblon procurou privilegiar os espaços comunitários "... com uma idéia sensacional que é criar todos os pilotis interligados na Cota 4 (a quatro metros acima do chão). Então, criaram-se estes parques maravilhosos, com setenta mil metros quadrados, com área de lazer, piscina, jardins em cada prédio, dando o complemento necessário ao clube, além de dar conforto mais próximo." (Revista Novo Leblon X, 1988; 39).

Edison e Edmundo Musa estudaram detalhadamente cada ponto do projeto. Para cada problema que surgia existia uma pessoa especializada, pronta para dar uma solução adequada.

"As árvores não foram plantadas simplesmente porque achamos esta ou aquela espécie mais bonita. Um botânico pesquisou o clima da região, a flora nativa, e determinou quais as espécies adequadas para cada local do condomínio. Assim foi com todos os detalhes: sinalização, mobiliário urbano, acústica, rede de esgoto, etc ... "

(Revista Novo Leblon X, 1988; 39).

Segundo Edison Musa, ele e Edmundo Musa acompanharam de longe o desenvolvimento do condomínio, ou seja, como a comunidade iria se organizar, observando sua adaptação ao novo modo de vida.

"Eu e Edmundo sentimos enorme satisfação em constatar o sucesso deste novo modo de vida. A taxa de ocupação dos prédios reflete bem isso".

(Revista Novo Leblon X, 1988; 39)

Mas, para que a comunidade se organizasse, segundo o planejamento espacial do condomínio, foi necessária a intervenção da Construtora Gomes de Almeida Fernandes, através da convenção do condomínio, determinando as normas de uso e comportamento, de direitos e deveres dos condôminos, uma verdadeira "Constituição" da maternidade.

B) Perfil do Condomínio

O Condomínio Novo Leblon possui 920 (novecentos e vinte) metros de frente para Avenida das Américas, na altura do Km 7 (quilômetro sete), formando um trapézio até a Via Parque, onde o alinhamento tem 1.100 (mil e cem) metros. O Novo Leblon possui uma área total de cerca de 6.000.000 (seis milhões) de metros quadrados. A esquerda limita-se com o Condomínio Mandala, e à direita com uma gleba ainda não urbanizada.

O Condomínio é composto de 8 (oito) edifícios, perfazendo um total de 1.120 (mil cento e vinte) apartamentos (480 de 2 quartos, 560 de 3 quartos e 80 de 4 quartos - já incluídas as 56 coberturas duplex) e 189 (cento e oitenta nove) lotes uni-familiares (1.000 m² e 1.500 m²), estando estes lotes ocupados em mais de 50% (cinquenta por cento) de sua totalidade.

C) A Voz dos Filhos

Ao analisar as etapas e impressões do discurso dos moradores entrevistados, constatou-se que o fator inicial de atração para a nova forma de viver, estava atrelada ao marketing utilizado quando do lançamento do condomínio, ou seja, estavam em busca do lazer e de uma qualidade de vida melhor. Numa segunda etapa o fator de atração passa a ser a segurança dentro do condomínio.

Em linhas gerais, a adaptação ocorre com alguma resistência, sucumbindo imediatamente à sedução das facilidades oferecidas pela maternidade.

Está ocorrendo uma mudança comportamental por parte dos jovens, especialmente aqueles que foram nascidos e criados dentro das normas daquele estilo de vida. São jovens que andam em grupos identificados com seus respectivos condomínios, praticando atitudes agressivas e destruidoras.

Observa-se uma insatisfação quanto a vigilância ostensiva, tanto por parte da vigilância formal quanto da informal: o olho invisível.

Queixam-se em demasia da semelhança entre a vida condominal e a vida interiorana.

Apreciam consideravelmente toda a infra-estrutura encontrada no condomínio exaltando o novo estilo de vida.

Sentem insegurança ao sair do condomínio, sentindo prazer em retornar à maternidade, mesmo aqueles que não estranharam o movimento natural da cidade.

Dentro das expectativas, os entrevistados em geral, não pretendem alterar o seu tipo de vida atual. Por opção, desejam morar em condomínio, nos moldes do Novo Leblon.

A maternidade permite que o morador do condomínio sinta-se impotente no reconhecimento do próprio desejo. A disciplina pautada na vigilância provoca um embotamento na aceitação da realidade. A reterritorialização ocorre, na forma da submissão à nova forma de viver e não na crítica ou revolta aos códigos impostos. GUATTARI e DELEUZE (1976) colocam, na

condição de revolucionários, a emergência do desejo. No discurso dos entrevistados, nota-se que a produção do inconsciente, revela insatisfações quanto ao novo território, mas que ao emergir no consciente submete-se às facilidades encontradas, sucumbindo às leis e códigos legados pela mãe. Desta forma, o território caracterizado neste trabalho como o espaço de constantes lutas de submissão e insubmissão, revela-se na luta do consciente e produção do inconsciente, e cristaliza-se no espaço ao torná-lo cercado, seletivo, homogeneizador e socialmente e espacialmente segregador.

5 -CONCLUSÃO

"Como há aqui seres encantados! As palavras cantantes vergastaram como seu sarcasmo. Como é bela a humanidade! Oh! Admirável mundo novo ... !"
(HUXLEY, Aldous, 1932; 196).

Com base no conceito de maternidade do Capital elaborado no presente trabalho: Caráter ou função de mãe que o capital exerce ao planejar o espaço, observou-se o surgimento de um novo modelo comportamental fruto desta codificação espacial, resultando numa nova territorialização da cidade.

A partir da análise do discurso dos moradores desse novo território urbano, foi detectada uma série de novas sensações, vivências e sentimentos oriundos da mudança ocorrida no estilo de vida destas pessoas, a partir de um novo modelo de ocupação territorial.

O caráter de maternidade se expressa através do fornecimento da estrutura espacial, da determinação dos códigos de comportamento ao filho para que ele sobreviva, sufocando-o em determinados momentos, impedindo-o de elaborar a sua própria forma de viver.

A partir desta análise, verifica-se que a maternidade do capital nos sistemas capitalísticos está presente na nova forma de território que surge nas cidades, que são os condomínios fechados, ou seja, uma nova forma de morar, diferente do antigo bairro.

A caracterização dessa forma de morar passa pela homogeneização dos que o habitam, pelo fechamento ao exterior, levando a uma auto-segregação e alienação dos problemas oriundos das desterritorialização dos bairros citadinos, além de uma rígida estruturação espacial, quanto ao uso, forma e função do mobiliário urbano.

Em comparação aos outros tipos de condomínios, os condomínios fechados são os que apresentam a maior caracterização da maternidade, visto que são separados física e ostensivamente (grades) do entorno, não permitindo a livre circulação de pessoas estranhas àquele espaço.

No caso dos condomínios abertos, esta separação do entorno se dá através da disposição dos prédios e ruas sem haver portanto um obstáculo físico que impeça o acesso a essas áreas.

Por outro lado, estes condomínios não desfrutam de uma infra-estrutura tão eficiente, tal qual a encontrada nos condomínios fechados, mediante a ausência de controle no trânsito de pessoas através de suas dependências.

Dessa forma, como conclusão, pode-se especificar uma tipologia acerca dos condomínios, caracterizando-os como:

- O condomínio aberto, ou seja, um espaço planejado, com sistema de administração condominal, aberto ao público em geral, com praças e logradouros para o uso da comunidade e de pessoas de fora dessa comunidade.
- O condomínio que surge após o loteamento, planejamento, exclusivo/seletivo, mas que aberto ao acesso de todas as pessoas.
- O condomínio fechado, que é planejado, fechado ao entorno, com policiamento, mobiliário urbano rígido, não permitindo o trânsito de pessoas estranhas à comunidade aí residente.

No caso dos condomínios fechados da Barra da Tijuca, constatou-se uma tendência ao trânsito de pessoas entre condomínios (passagens entre as grades limítrofes), permanecendo o cerceamento ao espaço externo.

Esse tipo de territorialidade surge numa tentativa de preservar cada vez mais a segurança dos moradores de condomínio fechados da Barra da Tijuca reafirmando a seletividade de condomínio para condomínio, diferenciando cada vez mais a Barra em relação aos outros bairros da cidade, visto que, esta se caracteriza como um bairro planejado, diferente dos demais.

Embora o Plano Piloto Lúcio Costa não determine esta segregação a comunidade local fez sua opção, visto que, segundo sua ótica, seria uma enorme agressão ser atingida pelo caos urbano. Sendo assim, protegem-se com grades.

Neste trabalho a título de ilustração da espacialização da maternidade do Capital, realizou-se uma pesquisa no Novo Leblon, condomínio fechado, onde observou-se que ao determinar as leis; os códigos e a estrutura espacial, a construtora Gomes de Almeida Fernandes, expressão do capital imobiliário, comportou-se tal qual a mãe em relação ao filho legando-lhe uma estrutura que vai permanecer por toda sua vida, caso porventura ele não atinja determinado grau de maturidade, isto é, incorporando novos códigos a sua existência.

No Novo Leblon o código ainda é dado através do estatuto do condomínio e durante um bom período (dois anos) após a implantação do projeto, a incorporadora permaneceu exercendo o poder de administradora. O poder administrativo só foi repassado para os condôminos quando o condomínio alcançou o seu pleno funcionamento.

Portanto, a mãe dá a estrutura, protege, viabilizando todas as necessidades do filho, e só quando sente que ele vai se conduzir tal qual ela planejou, se afasta.

No Novo Leblon encontramos uma situação em que o morador é atendido em suas necessidades/desejo de forma ampla. Necessidade de lazer, paz, limpeza, transporte, segurança. Necessidade estas que não eram mais atendidas no bairro, na cidade, mas que é reafirmada constantemente, pelos próprios condôminos.

Diz-se reafirmada pois eles próprios não desfrutam de uma segurança plena ou real. O fato que exemplifica esta condição é o cercamento de todo condomínio por grades, que segundo o próprio síndico "é sua visão do futuro e uma feliz idéia, como prevenção da onda de violência que já estoura na Barra."

Essa sensação de domínio do espaço, de onde arbitrar quem entra e sai do território, e de que forma se vive no mesmo, é também reafirmada o tempo todo com eventos festivos, para que a sensação de viver em férias sempre permaneça, para que a identificação com o espaço seja cada vez mais intensificada. Afinal morar no Novo Leblon é morar no condomínio que deu certo, é morar no pioneiro, é na verdade fazer parte daquela grande família. É estar fora do caos, da violência; significa ter crianças mais saudáveis e livres. Mas, o que eles não percebem, ou se percebem, justificam logo com as reafirmações supracitadas, é que se alienam da realidade, seus filhos não reconhecem o espaço fora do condomínio, são apáticos para tomar decisões sobre os problemas que surgem na cidade. Tem medo de sair do condomínio, não vêem vida fora das grades e só reconhecem o espaço por dentro, destes condomínios.

Observou-se portanto, que esse tipo de ocupação espacial (maternidade) exerce uma sedução sobre as pessoas com um determinado perfil psicológico, ou seja, pessoas normativas, pessoas que tem dificuldade de vivenciar a realidade.

A mãe que protege e que viabiliza as necessidades do filho, também vigia e pune, e tal qual a mãe, o Capital atua com sua maternidade no novo território. Dentro do condomínio a vigilância ocorre de duas formas: pelos guardas, pagos pelo condomínio e pelo "olho invisível" (segundo FOUCAULT), que pode ser facilmente detectado nas entrevistas de

campo. No depoimento dos moradores é citado o "olho invisível", ora com orgulho, pois afinal de contas "todos se conhecem, todos fazem parte de uma grande família, todos tomam conta de todos", mas em outros momentos com enfado pois "não se pode fazer nada de errado, ou fora da regra, que todos vão saber, tem muita fofoca, todo mundo fala mal de todo mundo, você não tem privacidade." E para justificar o incomodo de ser vigiado e punido constantemente, os moradores terminam seu discurso falando "é como viver numa cidade do interior, estou resgatando um passado; meu pai contava que antigamente era assim."

Dessa forma, o morador do condomínio, luta constantemente para se adequar ou aceitar essa territorialização, tornando-se por sua vez, um desterritorializado. Vive fora da realidade, percebe os problemas oriundos dessa alienação, mas não consegue se libertar desse território, pois é seduzido pelo mesmo constantemente, abrindo mão até de realizar outras atividades fora do condomínio. Não consegue inclusive, aceitar outra forma de viver. Mesmo que o "preço" a pagar seja alto, a sua liberdade, tal qual HUXLEY aponta num determinado momento do livro "Admirável Mundo Novo". "Porque o nosso mundo não é o mesmo mundo do Otelo. Não se pode fazer um calhambeque sem aço, e não se pode fazer uma estratégia sem instabilidade social. O mundo agora é estável. As pessoas são felizes, tem o que desejam e nunca desejam o que não podem ter. Sentem-se bem, estão em segurança; (...) são condicionadas de tal modo que praticamente não podem deixar de se portar como devem. E se por acaso alguma coisa andar mal, há o soma. Que senhor atira pela janela em nome da liberdade, Sr. Selvagem. Da liberdade." (1932; 206).

A clara territorialização do capital em ilhas de maternidades, os condomínios fechados, engendrando essa nova forma de morar e viver, subsume os moradores, que por sua vez, se desterritorializam, na busca de um passado, enganando constantemente o presente.

Tal qual Édipo que não sabia quem era, os condôminos não sabem quem são. Moram num bairro que não é bairro, tentam viver como antigamente, mas com questões não resolvidas do presente. Possuem uma falsa segurança, mas se entendem seguros. Se consideram uns privilegiados, mas se queixam do preço pago pelo privilégio. Segundo um morador "é mãe prostituta, que dá, mas cobra muito caro."

"As utopias parecem ser bem mais realizáveis do que poderia acreditar antigamente. E nós nos encontramos atualmente de maneira bastante diversa: como evitar a sua realização definitiva? (...) As utopias são realizáveis. A vida caminha em direção às utopias. E começa um novo século talvez um século em que os intelectuais e a classe cultivada sonharão com meios de evitar utopias e retornar a sociedade não-utópica, menos "perfeita" e mais livre." (BERDIAEF, Nicolas, 1932;).

Desta forma o presente trabalho ao preocupar-se em elaborar uma intercessão entre a psicanálise e o geográfico, demonstra que essa é uma abordagem viável, que contribui em muito para a compreensão dos fenômenos e seus processos, ocorridos na cidade.

Portanto, pensar o espaço e sua territorialidade implica pensar o humano em sua estrutura psíquica que o forma para a inserção na sociedade e concomitantemente o elabora para a submissão/insubmissão aos códigos, às leis, à sua territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

6 - BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade do Rio de Janeiro: evolução urbana, contradição do espaço e estratificação do espaço e estratificação social. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (at alii). Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia - UFRJ, 1986.

- _____ Evolução urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO/ ZAHAR, 1987.
- BELLIDO, Javier e TAMARIT, Luiz Gonzales. Para comprender la ciudad: claves sobre el proceso de produccion del espacio. Madrid, Nuestra Cultura, 1982.
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: Perspectivas da geografia. São Paulo, Difel, 1982.
- _____ The practice of Geography. London, Longman, 1983.
- CAPALBO, Creusa. Fenomenologia e ciências humanas: uma nova dimensão em antropologia, história e psicanálise. Rio de Janeiro, J. Orgon, 1973.
- CASTELLS, Manuel. Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. O anti-édipo. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- EGLER, Claudio A. G. Espaço ou território (dilema da geografia ou dos geógrafos?). In: Teoria do ensino da geografia. Belo Horizonte, SESU/UFMG, 1983.
- FOURQUET, Francois e MURAD, Lion. Los equipamientos del poder: ciudades, territorios y equipamientos coletivos. Barcelona, 1978.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.
- _____ Microfísica do poder, Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura. Buenos Aires, Santiago Rueda, 1954.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Sueli. Cartografias do desejo. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.
- GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. Rio de Janeiro, Espaços e Debates, 1985.
- HARVEY, David. Justiça social e a cidade. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- HUXLEY, Aldous. Admirável mundo novo. Rio de Janeiro, GLOBO, 1932.
- LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: Perspectiva da geografia. São Paulo, Difel, 1982.
- LEITÃO, A. E. Gerônimo. O plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarépagua - 1970/1988. Tese de Mestrado da UFRJ - Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 1990.
- O'NEILL, Maria Monica V.C. Segregação residencial: um estudo de caso. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia/ UFRJ, 1983.
- PALLEGRINO, Helio. Revista Psicanálise. 1983.

ROLNIK, Sueli. Amor e história. In: Problemática de subjetividade contém porânea. Niterói, UFF, 1988.

SACK, Robert David. Human territoriality: its theory and history. London, Cambridge, 1986.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. A cidade como um jogo de cartas. Rio de Janeiro, EDUFF / Projeto Editores, 1988.

_____ Espaço e poder: contra as tendências mais fáceis, 1984.

_____ Velhas novidades nos modos de urbanização brasileira. In: Valladares, Lucia do P. Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____ e VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro, IBAM/FINEP, 1981.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, Difel, 1980.

_____ Geografia humanística. In: Perspectiva em geografia. São Paulo, Difel, 1982.